



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC nº [REDACTED]

SECRETARIA: Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE: Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Lista das empresas registradas na JUCESP. Inexigíveis trabalhos adicionais de tratamento e consolidação de dados. Pareceres exarados pela Procuradoria do Estado. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 100/2017

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, de número SIC em epígrafe, para acesso à lista completa de todas as empresas registradas no órgão em formato legível por máquina, contendo nome dos sócios, endereço, data de registro, CNPJ, entre outros.
2. Em resposta, o ente enviou ao solicitante um tutorial para a utilização dos serviços da autarquia, e em recurso informou que as informações desejadas fazem parte dos serviços oferecidos, nos termos da Portaria JUCESP nº 1, de 6 de janeiro de 2016, pelo qual é cobrada tarifa, e ressaltou que o tutorial enviado faculta ao interessado uma forma de obter a informação gratuitamente. Irresignado, o solicitante apresentou o presente recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Tão logo recebeu o recurso, esta Ouvidoria Geral, por meio da Coordenação de Transparência e Acesso à Informação, manifestou-se (fls. 89/93) apontando relevantes controvérsias em ao menos dois pontos centrais, que poderiam estar destoantes da Lei de Acesso à Informação: (i) o condicionamento do acesso à justificativa do pedido e à assinatura de “termo de uso e responsabilidade” (artigo 3º da Portaria); e (ii) a previsão de recolhimento prévio de valor fixado pela autarquia (artigos 7º e 8º da Portaria). Em razão destes aspectos, optou-se por remeter os autos à Consultoria Jurídica da Secretaria de Governo, para que exarasse parecer sobre a questão (fl. 94).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

4. A Consultoria Jurídica da Secretaria de Governo, por sua vez, propôs a remessa dos autos à Procuradoria da Junta Comercial para que esta fosse ouvida preliminarmente. Após regular tramitação e manifestação da Secretaria-Geral do ente (fls. 118/122), foi emitido o Parecer CJ/JUCESP nº 102/2017, aprovado pelo Procurador Chefe da autarquia, concluindo que o pedido formulado pelo solicitante exige o levantamento de milhões de arquivamentos em vias específicas, a consolidação de dados relativos às sucessivas alterações registradas ao longo do tempo, em formato específico, com o máximo de informação que acompanhe cada registro, entendendo que a Administração Pública não está obrigada a realizar, por si mesma, o tratamento dos dados (fls. 126/131).
5. Após o retorno dos autos à Secretaria de Governo, a Consultoria Jurídica da Pasta manifestou-se no mesmo sentido, nos termos do Parecer nº 116/2017, entendendo que a solicitação não se enquadra nos conceitos de “integridade” e “primariedade” definidos pelos incisos VIII e IX do artigo 4º e artigo 7º, IV, da LAI, exigindo o tratamento das informações e a consolidação dos dados relativos ao pedido, opinando pelo não provimento do recurso (fls. 135/139).
6. Cumpre lembrar também que o dever informacional do ente público não se exaure com a mera alegação de que o atendimento pleno da demanda exigiria tratamento e consolidação de informações. A necessidade de trabalhos adicionais para a produção do dado precisa ser demonstrada e deve se pautar pelo princípio da razoabilidade, expondo-se as concretas circunstâncias que inviabilizem ou prejudiquem a rotina administrativa. Nesse sentido, a fundamentação de negativa de acesso com base em tal exceção à regra geral da publicidade não pode ocorrer de forma automática, sendo necessária a demonstração da onerosidade excessiva e evidente desproporcionalidade do pedido, a ponto de acarretar prejuízos às atividades desempenhadas regularmente pelo órgão¹.
7. E assim ocorreu no presente caso, à vista da manifestação da Secretaria-Geral da Junta Comercial (fls. 118/122) que embasou os pareceres exarados, em que o órgão afirma que seu banco de dados possui mais de 5 milhões de registros de

¹ Caminham no mesmo sentido as decisões da Controladoria Geral da União: “[...] nem todo pedido de acesso à informação que exige certo trabalho adicional de análise ou de interpretação deve ser negado. Para que um órgão ou entidade pública se negue a fornecer uma informação com base na parte inicial desse dispositivo é necessário demonstrar que os procedimentos para a produção da informação impactariam as suas atividades rotineiras de forma negativa, da mesma forma que é feita nos pedidos desproporcionais. Assim, deve-se fazer uma análise de ponderação com base nas vantagens e desvantagens que esse trabalho pode auferir.” Cf. *Aplicação da Lei de Acesso à Informação em recursos à CGU*, p. 44.




GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

empresários individuais e mais de 3 milhões de registros dos demais tipos jurídicos, dentre os quais encontram-se sociedades empresárias de diversas modelagens, enfatizando que a JUCESP foi responsável por quase 40% dos registros empresariais realizados em todo o território nacional em 2015, sendo justificado e demonstrado que o trabalho adicional de tratamento e consolidação dos dados almejados é desarrazoado e poderia comprometer as regulares atividades do ente.

8. Deste modo, tendo em vista o pronunciamento da Procuradoria do Estado por meio das Consultorias Jurídicas da Junta Comercial e da Secretaria de Governo sobre a matéria em comento, a quem compete a interpretação jurídica no âmbito da Administração Pública estadual, nos termos do artigo 99 da Constituição do Estado de São Paulo, bem como sendo inexigíveis trabalhos adicionais de tratamento ou consolidação de dados que impactem na rotina administrativa do ente, **conheço do recurso** para, no mérito, **negar-lhe provimento**, com fundamento no artigo 22 da Lei nº 12.527/2011, descaracterizadas as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto Estadual nº 58.052/2012.
9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 12 de junho de 2017.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

VKL